



ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ: 19.657.875/0001-99
End.: Rua Jardim Brasília, 1367 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN
CEP: 59.060-440
Fone: (84) 99909-0480 / 98702-1623

A

Ilma. Sra.

M.D. Presidente da Comissão de Licitação de Serra Caiada/RN

MARIA TEREZA FERREIRA GOMES

REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDOS PELO MÉTODO CONVENCIONAL, COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE TRECHO EM VIA DE ACESSO A COMUNIDADE RURAL CACIMBA NOVA DO MUNICÍPIO DE SERRA CAIADA/RN, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 906140/2020.



ÁGIL CONSTRUÇÕES

ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, com sede a rua Jardim Brasília, 1367, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 19.657.875/0001-99, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão de Licitação que julgou Injustamente como nossa empresa inabilitada, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente

Rua Jardim Brasília, 1367, Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN, CEP: 59.060-440, email: agilservico@gmail.com, tel: 84 99909-0480 / 98702-1623, CNPJ: 19.657.875/0001-99, insc. Municipal: 2212.375-4, insc. Estadual: 20.403.575-9



superior, caso V. Sa. não se convença das razões abaixo formuladas e, “*spont propria*”, não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela habilitação de nossa empresa no certame, tendo por fundamento as razões de fato e de direito ora colacionadas. :

1. DA TEMPESTIVIDADE

1.1 - Prima facie, cumpre observar que a empresa Recorrente é parte legítima para apresentação do presente Recurso, afinal como participante do referido certame, confere tal prerrogativa. Como a publicação do resultado de habilitação ocorreu, no dia 18 de novembro do corrente ano, podendo a Recorrente impetrar recurso administrativo até o dia 25 de novembro do mesmo ano, (divergente das informações da publicação realizada no dia 18/11, onde juridicamente sabemos que exclui o primeiro dia na contagem dos prazos, portanto, conta-se a partir do dia 19/11 e seu término em 25/11, que inclusive já marcou na própria publicação a data de abertura para o dia do término da apresentação de recursos, às 09:00 horas, caso não houvesse), há de ser admitida a legitimidade de todos os agentes econômicos que apresentem afinidade com o objeto da licitação, isto é, os potenciais licitantes, senão vejamos o que transcreve a alínea “a”, inciso I, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, verbis :

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:



ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ: 19.657.875/0001-99
End.: Rua Jardim Brasília, 1367 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN
CEP: 59.060-440
Fone: (84) 99909-0480 / 98702-1623

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) **habilitação ou inabilitação do licitante**; (Grifei e Negritei)

e ainda, do próprio Edital da Tomada de Preços nº

009/2021 :

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1 **Nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante**, julgamento das propostas, revogação ou anulação desta licitação, **caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nos termos do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. (o grifo é nosso).

2. DOS FATOS

BREVE SÍNTESE FÁTICA

2.1 - Trata-se de Tomada de Preços promovido por este órgão, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDOS PELO MÉTODO CONVENCIONAL, COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE TRECHO EM VIA DE ACESSO A



ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ: 19.657.875/0001-99
End.: Rua Jardim Brasília, 1367 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN
CEP: 59.060-440
Fone: (84) 99909-0480 / 98702-1623

COMUNIDADE RURAL CACIMBA NOVA DO MUNICÍPIO DE SERRA CAIADA/RN, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 906140/2020.”.

QUANTO AS INCONSISTÊNCIAS DA INABILITAÇÃO DA NOSSA EMPRESA ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, apontados na ata de julgamento dos documentos de habilitação, onde a decisão da Comissão Permanente de Licitação, senão vejamos :

“ÁGIL CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 19.657.875/0001-99, (análise setor contábil) não atendeu ao item 23.2 do edital, impossibilitando a análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores exigíveis, não atendendo ao dever estabelecido no artigo 1.188 do Código Civil ; (Análise setor de engenharia) bem como não atendeu ao item 28.2.2.1 do edital, por apresentar contrato de prestação de serviços sem o devido registro;” (O grifo é nosso)

3. A RAZÃO DA REFORMA

3.1 – Ora Senhor Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme cópias de toda nossa documentação, extraída do próprio processo de licitação em epígrafe, consta que entregamos no dia da abertura, dentro do envelope de habilitação, toda a documentação comprobatória quanto aos documentos relacionados no Edital da Tomada de Preços nº 009/2021, tanto quanto à qualificação técnica, bem como a qualificação econômica financeira;

3.2 - Portanto, a empresa Recorrente cumpriu



integralmente o presente edital, juntando a seus documentos de habilitação.

3.3 – Portanto, os itens apontados pela Comissão Permanente de Licitação, não merece guarida, rebatidas prontamente pelas fundamentações aqui apresentadas, senão vejamos :

Quanto à análise do Parecer Contábil, onde cita a “ausência de comparativo com o exercício anterior em desacordo com a Resolução CFC nº 1.418/12, item 26, não atendendo ao item 23.2 do edital , impossibilitando a análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos anteriores exigíveis, não atendendo ao dever estabelecido no art. 1.188 do Código Civil” (O grifo é nosso)

Ora, Senhor Julgadores, vejamos o que diz o item 23.2 do presente edital, que é a Lei Maior da Licitação :



23.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de Abertura e Encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balaios provisórios.

Portanto, a nossa empresa apresentou o balanço patrimonial do último exercício social, apresentando todos os elementos disponíveis registro na competente Junta Comercial do Estado.

O parecer contábil agora deveria simplesmente a atentar-se ao que definiu junto ao que a Lei Maior que é o Edital solicitou.



ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ: 19.657.875/0001-99
End.: Rua Jardim Brasília, 1367 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN
CEP: 59.060-440
Fone: (84) 99909-0480 / 98702-1623

Um parecer técnico contábil representa uma **opinião isenta e independente**, expressa por um profissional especialista no assunto em questão, que está vinculado a um ato ou fato patrimonial contábil que lhe foi questionado, mas, que não vale para fins de avaliação de comprovação jurídica estabelecida em Lei.

Quanto ao parecer de engenharia, ficamos abismados com o seu teor, o nosso profissional Engenheiro Civil encontra-se com seu contrato de trabalho registro no órgão competente que é o CREA/RN, é tanto, como podem ver, se encontra registrado como profissional na própria Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, bem como na sua Certidão de Quitação da Pessoa Física, ambas, vinculadas e aprovadas pelo Conselho do Órgão Competente, responsável pela fiscalização e habilitação da empresa e dos profissionais vinculados aquela jurisdição.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

4.1. No que se refere aos ensinamentos doutrinários decorrentes das disposições contidas na vigente Lei 8.666/93, ao tratar da questão inerente à discricionariedade detida pela Administração Pública quando da adoção dos regramentos regedores do processo concorrencial, trazemos à análise dessa respeitável Equipe do Pregão a inatacável lição abaixo transcrita:



“É na determinação do conteúdo jurídico da isonomia, no dia-a-dia das licitações e contratações públicas, que surgirão as questões que o art. 3º ajudará a resolver. Ilustre-se com a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, também explicitado no art. 3º. Suponha-se que edital de licitação venha a estabelecer requisito que se revele discriminatório, de molde a impossibilitar a participação no certame da empresa que o desatenda, inobstante tal requisito não se mostrar essencial, seja para habilitar-se o licitante ou para a testar a exequibilidade de sua proposta. Em outras palavras, entre o requisito do edital e as finalidades da licitação a que se refere não se vê nexos causal. Resulta claro que a presença do discrimen no ato convocatório almeja afastar da competição certa, ou certas, empresa, beneficiando outra, ou outras. Nessas circunstâncias, o edital há de ser desconsiderado quanto àquele requisito, porque o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não derroga o da isonomia, devendo, antes, a ele subordinar-se.”

“A igualdade de todos perante a lei ocupava, nos textos constitucionais brasileiros anteriores, posição de permeio



aos demais direitos individuais. A Carta de 1988 alterou-lhe a topografia, inserindo-a na cabeça do artigo em que arrola os **direitos fundamentais**. A mudança, como faz ver Celso Ribeiro Bastos 2 : “é prenhe de significação... Na verdade, a sua função é a de um verdadeiro princípio a informar e a condicionar todo o restante do direito... **A igualdade não assegura nenhuma situação jurídica específica, mas garante o indivíduo contra toda má utilização que possa ser feita da ordem jurídica. A igualdade é, portanto, o mais vasto dos princípios constitucionais, não se vendo recanto onde ela não seja impositiva**” .

“Posta nestes devidos termos, a isonomia prescindiria de menção expressa para impor-se às licitações e contratações públicas. Mas andou bem o legislador ao incluí-la em disposição enunciativa dos princípios básicos da licitação, como que a advertir administradores e licitantes de que aqueles princípios há de ser aplicados em harmonia com o da igualdade.

Prossegue o art. 3º da Lei nº 8.666/93 definindo a finalidade de toda licitação. A definição é de caráter geral porque



concerne a elemento estrutural do ato administrativo, qual seja a finalidade. A síntese de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO é precisa e suficiente: “Finalidade é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato. Em sentido amplo, a finalidade sempre corresponde à consecução de um resultado de interesse público; nesse sentido, se diz que o ato administrativo tem que ter sempre finalidade pública. Em sentido restrito, finalidade é o resultado específico que cada ato deve produzir, conforme definido em lei; nesse sentido se diz que a finalidade do ato administrativo é sempre a que decorre explícita ou implicitamente da lei. É o legislador que define a finalidade que o ato deve alcançar, não havendo liberdade de opção para a autoridade administrativa... Seja infringida a finalidade legal do ato (em sentido estrito), seja desatendido o seu fim de interesse público (sentido amplo), o ato será ilegal, por desvio de poder”.

4.2. Os ensinamentos acima expostos são por demais suficientes para, aliados à disposição contida no Parágrafo 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/93, possibilitar a conclusão de que fora intenção do legislador permitir aos licitantes, à data da apresentação da proposta comercial, comprovar deter a condição patrimonial exigida pelo órgão



responsável pela promoção do processo concorrencial, normas estas vinculadas estritamente ao instrumento convocatório em questão.

4.3. Destarte, torna-se descabida a interpretação subjetiva da norma edilícia que lastreou a Decisão Administrativa ora atacada, uma vez que o artigo 3º da vigente Lei de Licitações é por demais claro e expresso no sentido de impor ao gestor público uma interpretação exclusivamente objetiva das normas que regem um processo licitatório.

4.4. Vale ainda frisar que o fim maior do procedimento concorrencial é a ampliação da disputa, jamais a redução do número de licitantes. Importa ressaltar que o acatamento das razões contidas no presente Recurso Administrativo não imporá qualquer espécie de prejuízo ou risco à segurança jurídica necessária ao Município de Serra Caiada/RN acaso venha a contratar com a RECORRENTE, uma vez que através dos documentos acostados ao vertente processo concorrencial, encontra-se fartamente demonstrada sua Boa Condição Financeira.

4.5. Insistindo, ainda, nos ensinamentos doutrinários aplicáveis ao caso em tela, prossegue-se:

a) *A redução progressiva da discricionariedade*

A disciplina legal da licitação caracteriza-se pela redução progressiva da discricionariedade. Assim se passa porque a lei atribui à autoridade administrativa margem relativamente relevante de autonomia nas etapas iniciais do procedimento licitatório. Porém, as escolhas realizadas pela Administração produzem efeitos vinculantes, na acepção de que os atos



administrativos posteriores devem ser compatíveis com as decisões adotadas nas fases anteriores.

b) A discricionariedade anterior à elaboração do ato convocatório

É evidente que seria inviável transformar o procedimento licitatório, desde a fase interna, numa atividade integralmente vinculada à lei. Isso acarretaria a necessidade de uma lei disciplinando cada licitação. A estrita e absoluta legalidade tornaria inviável o aperfeiçoamento da contratação administrativa. Uma vinculação assim ampla e exaustiva seria tão prejudicial e indesejável quanto à total liberação do administrador para formalizar o contrato que melhor lhe aprouvesse.

Por isso a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. Mas, simultaneamente, estrutura o procedimento licitatório de modo a restringir a discricionariedade a determinadas fases ou momentos específicos.

Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação de seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada – ou mais corretamente, se a Administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação.



Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro, Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exhaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. ”

Como se verá abaixo, o ato convocatório possui características especiais a anômalas. Enquanto ato administrativo, não se sujeita integralmente ao princípio da temporalidade (o ato posterior revoga o anterior). A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante.

c) Esgotamento da discricionariedade: vinculação ao instrumento convocatório



Impõe-se, assim, a objetivação da decisão e da escolha do administrador. Isso significa que a lei impõe que a seleção do contratante e a definição do próprio “contrato” sejam retiradas do plano das meras cogitações pessoais e particulares do agente administrativo que exercita a função de julgar as propostas. Para isso, submete a escolha do administrador a um “procedimento” – ou seja, uma série ordenada e conjugada de atos, cuja secessão conduz a uma decisão final suscetível de controle quanto à racionalidade, adequação e conveniência. A licitação não é apenas uma sucessão formal e mecânica de atos. A sucessão de atos significa a dissociação temporal e lógica dos diversos componentes da decisão do administrador.

*d) A **exaustão da discricionariedade***

Cada fase da licitação culmina com uma decisão. Mesmo nas fases ditas internas (tais como “definição do objeto a ser licitado” e “elaboração do edital”), são tomadas decisões fundamentais para definir a futura contratação. Existe uma “especialização” em cada fase da licitação. Ou seja, em cada fase, a atenção se dirige a um certo aspecto do problema. Cuida-se de um ângulo específico da questão a ser decidida. De outro lado, cada decisão condiciona o seguimento do procedimento licitatório. Assim, quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital. O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao **princípio da vinculação ao edital**, para indicar o exaurimento da competência discricionária. Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração exercita juízos de



conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor. Se a Administração identificar, posteriormente, algum defeito na sua atuação anterior, ser-lhe-á assegurada a faculdade de rever o edital – mas isso importará a invalidação do certame e a renovação da competição.

d) No curso de uma licitação, é vedado alterar os critérios a as exigências fixadas no ato convocatório.

Fácil perceber a importância dos princípios regedores do procedimento licitatório, principalmente quanto ao **princípio da isonomia; da legalidade e da vinculação ao edital de licitação**. Toda a doutrina ao interpretar as referidas normas se posiciona no sentido de afastar qualquer tratamento diferenciado a qualquer dos licitantes inscritos, devendo o julgamento do certame dar-se de maneira objetiva e adstrito às exigências formalmente reguladas e a todos impostas.

4.6. Ao se ponderar quanto ao teor do julgamento acima apontado, aplicando-o analogicamente ao caso em tela, fica evidente que o interesse da Administração Pública é deter a certeza de que a licitante, no momento da apresentação de sua Proposta Comercial – conforme regulado no § 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/93 – detém o lastro patrimonial mínimo necessário à contratação do objeto licitado. Impossível não reconhecer a dinâmica financeira a que se encontra sujeita qualquer sociedade empresária nos dias de hoje, no caso aqui apontado, devidamente



respaldada pela Lei Complementar nº 123, que dá tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte-EPP.

4.7. Quanto aos princípios nomeados na Lei 8.666/93, consigne-se, por ora, que:

a) o da igualdade impõe à Administração elaborar **regras claras, que assegurem aos participantes da licitação condições de absoluta equivalência durante a disputa**, tanto entre si quanto perante a Administração, intolerável qualquer espécie de favorecimento;

b) o da publicidade exige que a Administração anuncie, com a antecedência e pelos meios previstos na lei, além de outros que ampliem a divulgação, que realizará a licitação e que todos os atos a ela pertinentes serão acessíveis aos interessados;

c) o da probidade administrativa ordena à Administração que o único interesse a prevalecer é o público e que a única vantagem a ser buscada é a da proposta que melhor atenda ao interesse público;

d) o da **vinculação ao instrumento convocatório faz do edital ou do convite a lei interna de cada licitação**, impondo-se a observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, **nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém do que se encontra expressamente contido em suas cláusulas e condições**; o art. 41 da Lei nº 8.666/93 ilustra a extensão do princípio ao declarar que **“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**,

reconhecendo, no § 1º, a qualquer cidadão, legitimidade “para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei...”;

4.8. Segundo o Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, Malheiros Editores, 6ª edição, 1995, pág.54, discorrendo sobre o Princípio da Razoabilidade, dispõe que:

“Pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto jurisdicionalmente inválidas – as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez, e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.

Com efeito, o fato de a lei conferir aos administrados certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu líbito, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada.”



4.09. Vale frisar que a **RECORRENTE** se inscreveu para participar do processo licitatório, objeto do pré-falado Edital, sempre consciente, de modo claro e inequívoco, de sua qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira, bem como, de sua regularidade fiscal e, como de praxe, vale repetir, com a certeza de que atendeu a todos os requisitos exigidos no Edital.

4.10. Serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida por essa respeitável Comissão de Licitação e que declarou inabilitada a **RECORRENTE**, apesar da mesma haver, incontestavelmente, atendido às exigências reguladas no Edital de Licitação do processo concorrencial acima especificado.

4.11. Não sendo o mesmo julgado procedente, não restará outra alternativa à **RECORRENTE**, senão buscar junto ao Poder Judiciário Estadual a solução para a ilegalidade ou equívoco acima apontado.

4.12. O artigo 3º da Lei 8.666/93, ao definir o objetivo do procedimento licitatório, qual seja a busca da proposta mais vantajosa, estabeleceu os estreitos limites a que esta busca deve-se pautar e não deixou margem para discricionariedade do administrador em considerar ser ou não relevante o cumprimento de determinações editalícias. Ex vi:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos



ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ: 19.657.875/0001-99
End.: Rua Jardim Brasília, 1367 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN
CEP: 59.060-440
Fone: (84) 99909-0480 / 98702-1623

da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

4.13. Sabe-se que o procedimento licitatório é **resguardado pelo princípio da vinculação ao edital**; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. **Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital.**

4.14. Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Tribunal de Contas da União, como será a seguir demonstrado.

O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO.

1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas



válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade.

4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

4.15. O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288):

“Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ‘a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’ (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.

4.16. O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou:

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a

Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)”(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia.

4.17. Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: “Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993”.

4.18. Decisões recentes reforçam essa posição do TCU, como se constata no sumário dos acórdãos a seguir transcritos:

Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara - REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE



ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO
COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS
PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO
AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.
APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS.
DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME.
CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

4.19. Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que “Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação” (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305). Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita em sua obra a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital.

4.20. Neste diapasão, é devido que a inobservância do que consta no instrumento convocatório gera nulidade do procedimento, visto que esse é o instrumento regulador da licitação:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (L.8.666/93).

4.21. Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



6. CONCLUSÃO E PEDIDO

a) Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação que se digne de rever e reformar a decisão exarada, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a empresa **ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME**, visto que a HABILITAÇÃO da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público concorrencial, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu dita licitante absolutamente as exigências primordiais e primárias exigências reguladas no referido instrumento convocatório, onde deve ter tido a Comissão Permanente de Licitação deixado de observar que em cumprimento ao que rege o Edital, a Lei Maior da Licitação, a nossa empresa cumpriu prontamente com todos os documentos solicitados, onde o próprio edital, não cita em nenhum momento, que o balanço patrimonial do último exercício anterior deveria obedecer qualquer regra de um parecer contábil para cumprimento das regras estabelecidas pelo art. 1.188 do Código Civil, tornando-se assim, um absurdo.

b) Não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne V. Exa. de fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito.



ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ: 19.657.875/0001-99
End.: Rua Jardim Brasília, 1367 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN
CEP: 59.060-440
Fone: (84) 99909-0480 / 98702-1623

c) Não sendo acatado a presente medida recursal, REQUER que sejam extraídas peças de todo o processo licitatório, remetendo-as a ilustre Representante do Ministério Público Estadual, responsável pela análise das irregularidades decorrentes das contratações públicas com o fim de apurar possíveis irregularidades na prática dos atos administrativos na condução do referido certame.

d) EX POSITIS, RECOMENDAMOS que o Recurso Administrativo apresentado, seja julgado PROCEDENTE, considerando como empresa Habilitada ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME para o certame, por atender a todas as exigências do Edital, pelas razões e argumentos expostos acima já narrados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

ÁGIL CONSTRUÇÕES
Natal/RN, 24 de novembro de 2021.

ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
CNPJ 19.657.875/0001-99
BRUNO RODRIGO FERREIRA DA ROCHA
CPF nº 050.027.634-05